



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis

184

HABEAS CORPUS Nº 201954-1 – CAMARAGIBE(2ª Vara Criminal).

IMPETRANTE: Defensoria Pública do Estado Pernambuco.

PACIENTE: **Wellington José das Chagas**.

RELATORA: Desa. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONVOCADA): Dra. Maria Helena da Fonte.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

5459

EMENTA: Constitucional. Penal. Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Paciente denunciado pela prática do delito tipificado no artigo 33 da Lei nº 11.343/06. Alegação de excesso de prazo. Inocorrência. Atraso verificado na instrução não imputável ao Juízo. Sumário da culpa concluído. Inteligência da Súmula 52. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 201954-1, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, em que figuram, como impetrante, a **Defensoria do Estado de Pernambuco**, e, como paciente, **Wellington José das Chagas**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia de de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 10 de 12 de 2009.

[Assinatura]
Des. Antônio de Melo e Lima
Presidente em exercício

[Assinatura]
Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis



185

HABEAS CORPUS Nº 201954-1 -- CAMARAGIBE (2ª Vara Criminal).

IMPETRANTE: Defensoria Pública do Estado Pernambuco.

PACIENTE: **Wellington José das Chagas**.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONVOCADA): Dra. Maria Helena da Fonte.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus*, com pretensão liminar, manejado pela Defensora Pública Fernanda Marques Cornélio, em favor de **Wellington José das Chagas**, qualificado às fls. 02 dos autos.

O Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe é apontado como autoridade coatora.

Notícia a impetrante, na exordial de fls. 02/09, que o paciente foi preso e autuado em flagrante delito, em 04/10/2008, pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06.

Afirma ter sido formulado pedido de relaxamento de prisão por excesso de prazo e liberdade provisória, sem arbitramento de fiança, tendo o Ministério Público posicionado-se favoravelmente. Contudo, o MM. Juiz, em exercício no mutirão carcerário do CNJ, denegou o pedido.

Fundamenta o *writ* na alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução criminal, ressaltando, ainda, a condição de primariedade do ora paciente.

A impetração veio acompanhada de documentos (fls. 10/46).

O pleito de liminar foi indeferido (fls. 53/54).

O Magistrado *a quo* prestou as informações solicitadas (fls. 60/63).

O Ministério Público, nesta Instância Superior, em o parecer da lavra da Dra. Maria Helena da Fonte, opinou pela denegação da ordem (fls. 67/68).

Este é o relatório.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Cadia Reis



186

VOTO

Conforme relatado, a impetrante fundamenta o writ na alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, argumentando que o paciente encontra-se custodiado, há mais de cento e dez (110) dias, e, ainda, não fora concluído o Processo Crime nº 246.2008.002497-3, a que responde perante o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe/PE.

Instada a se pronunciar sobre as alegações contidas na inicial, a autoridade dita coatora informa que, o paciente foi preso em flagrante delito, em 04 de outubro de 2008, momento em que, sob sua guarda, foram encontradas dezessete pedras da substância entorpecente conhecida como "crack", escondidas no tubo do guidão de sua bicicleta, logo após ter vendido uma pedra da referida droga, ao adolescente Adriano Juvino da Silva.

Aduz que, em 28 de outubro de 2008, o paciente foi denunciado, e, em 03/11/2008, determinada a sua notificação, para a devida apresentação da defesa preliminar, efetivada na data de 31 de março de 2009. Esclarece ainda, que, depois de oferecida resposta à citada peça preliminar, por parte do Ministério Público, exarou despacho, recebendo a peça acusatória, oportunidade em que decretou a prisão preventiva do acusado, bem assim determinou a designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 02/09/2009.

Por fim, esclarece que, concluída a instrução criminal, "enquanto aguardava o cumprimento das diligências, o processo foi remetido ao Muirão Carcerário no dia 24/09/2009", o qual proferiu decisão pela manutenção da medida constritiva de Wellington José das Chagas.

Em face de tais esclarecimentos, é possível concluir que a hipótese não configura constrangimento ilegal, pois o excesso de prazo se acha superado, uma vez que já ocorreu o encerramento da instrução criminal.

A hipótese é de aplicação da Súmula 52 do STJ: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação do constrangimento por excesso de prazo".

Demais disso, destaque-se, por necessário, o lapso de tempo transcorrido entre a notificação prévia e a apresentação da defesa preliminar, não havendo que se falar em qualquer desídia imputável ao Juízo.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis

187

À vista de tais circunstâncias, meu voto é pela denegação da ordem, em conformidade com o parecer da Procuradoria de Justiça.

Recife 16 de 12 de 2009.

Nivaldo Medeiros Correia Filho
Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

Relator Substituto